

*Texto extraído dos cursos ministrados aos domingos por Dr. Roberto Assagioli no Instituto di Psicossíntesi, Florença. Tradução Livre: Centro de Psicossíntese de São Paulo, agosto/2017.*

Lição 04/1964

## **OS CONFLITOS MORAIS**

Roberto Assagioli

Em sentido lato todas as crises e conflitos são psicológicos, porque se desenvolvem no conjunto da nossa psique, mas podem e devem ser distinguidos daqueles que estão ao nível psicológico que se pode chamar de gerais (os quais mencionei na aula anterior), das crises e dos conflitos de conteúdos específicos morais ou mesmo espirituais; as diferenças parecerão mais que evidentes. Porém, antes de falar é oportuno examinar uma objeção preliminar. Poder-se-ia considerar que as crises morais e espirituais não são de competência do médico e nem mesmo do psicólogo como tal, mas do moralista ou pelo menos do educador ou do sacerdote.

Eu disse na vez anterior que os conflitos e as crises não devem ser considerados por si mesmos patológicos (entretanto, todos seremos doentes!) por vezes, aliás, são fases de passagem para um nível superior. Por outro lado, é um dado de fato que não raro os conflitos morais e espirituais produzem distúrbios psíquicos e também físicos, dadas as repercussões psicossomáticas que acontecem continuamente. Estes distúrbios levam ao hábito de consultar médicos, não somente especialistas em doenças nervosas e psiquiátricas, mas também médicos generalistas e especialistas de outras áreas quando o distúrbio psicossomático se localiza em um órgão em particular.

Se estes médicos não se limitarem a um exame puramente físico, mas se colocarem em relação humana com o paciente, descobrirão que frequentemente os distúrbios pelos quais são consultados são produzidos em parte – e às vezes na maior parte – por crises psicológicas, morais ou espirituais.

O ser humano não pode ser considerado como composto por várias partes separadas: corpo, psique, espírito; estas são bem diferentes e distintas, mas agem continuamente umas sobre as outras e na dinâmica da vida humana estão intimamente conectadas.

Por isso, o médico pode eximir-se de levar em conta tudo àquilo que compõe o ser, a pessoa humana, na sua vívida realidade, e em ajudar a compor estes elementos diversos e contrastantes em uma síntese harmônica.

Esta concepção integral da função do médico foi sustentada de modo particular pelo Dr. Paul Tournier, de Genebra, e pelo movimento promovido por ele “Médecine de La Personne”. Ele não está só, mas teve o grande mérito de insistir de modo particular em seu livro intitulado justamente Médecine de La Personne (traduzido para o italiano sob o título: “La Medicina Individuale”) e em outros, e nos congressos anuais de medicina organizados por ele sob esta orientação. Esta é também plenamente, a concepção da psicossíntese, a qual deveria ser chamada mais precisamente bio-psicossíntese, uma vez que inclui o corpo, ou “síntese bio-psico-espiritual”. Não o faço para abreviar, mas peço a todos que recordem que quando falo de psicossíntese incluo nela o corpo: bio-psicossíntese.

Por outro lado, é bom clarear que o levar em consideração as crises morais e espirituais não significa que o médico procure levar o paciente a aderir suas próprias convicções éticas ou espirituais. Ele não deve fazê-lo por duas razões: sobretudo porque isto excederia os limites das suas incumbências e da sua competência; e depois pelo fato das profundas diferenças de vários tipos existentes entre os seres humanos, os quais colocam problemas e requereriam soluções diferentes em cada caso. Neste sentido o médico deve ser imparcial, não dando preferência a solução alguma procurando só o que é melhor para o paciente, que pode ser muito diferente daquilo que é bom para ele.

Darei exemplos precisos. Todo observador imparcial pode notar que há casos nos quais existem conflitos ou distúrbios que podem ser chamados “freudianos”, isto é que correspondem a certas interpretações de Freud (nos quais a etiologia sexual-afetiva é prevalente). Existem por outro lado casos claramente “adlerianos”, cuja dinâmica é baseada na autoafirmação, sobre vontade de potencia, muitas vezes como reações a um sentido ou a um estado real de inferioridade. Existem casos “junganos”, ou seja, casos que podem ser interpretados com a negação em admitir os elementos inferiores, negativos, o que Jung chama “a sombra”.

Existem casos nos quais o conflito central é entre o indivíduo e a coletividade, colocados em evidência por Eric Fromm: conflitos com os pais e com todos os representantes da autoridade, conflitos com as pressões conformistas sociais. Existem

situações as quais o egocentrismo individual não reconhece os outros como “pessoas”, como seres humanos, mas os considera como “objetos” a serem utilizados e não “sujeitos” com os quais podemos nos comunicar. Isto foi bem colocado em evidência por Martin Buber em seu livro I and Thou (“Eu e Tu”). Existem também conflitos mais particularmente espirituais entre a nossa parte consciente e o supraconsciente, isto é, os impulsos e as energias espirituais que procuram entrar na consciência e a negação da personalidade consciente em admiti-los.

Todos estes casos são claramente diferentes, e o que é bom para um, que pode constituir a solução da sua crise, não serve de fato para outro. Por isto o médico, e também o educador e o psicólogo deveriam conhecer todas estas possibilidades multifacetadas, descobrir a qual tipo o educando ou o paciente pertence, quais são seus problemas específicos, e ajudá-lo a dar o próximo passo na sua direção e não procurar desviá-lo, nem mesmo com as melhores intenções, da sua linha de desenvolvimento.

Falei dos vários tipos, mas na realidade, é difícil encontrar um tipo puro; não raro, no mesmo indivíduo, pode-se encontrar o que se poderia chamar um componente freudiano, um componente adleriano, ou um componente jungano, e assim por diante. Portanto a segunda definição é ver quais e em quais proporções estes vários elementos existem no indivíduo. Esta é a atitude “existencial” (que não quer dizer existencialista) adotada pela psicossíntese; isto é o reconhecimento que cada caso é um caso individual, uma combinação única de elementos diferentes, e, por conseguinte para cada caso há um problema novo que requer soluções únicas, adaptadas a ele. Mas, há mais: nas várias fases sucessivas da vida do mesmo indivíduo, ou diante a situações novas, os problemas mudam.

Para poder fazer o que foi dito, qualquer um que procure ajudar – médicos, educadores, pais – deveria ter antes reconhecido o próprio tipo psicológico e os próprios problemas (o primeiro caso a estudar é a si mesmo!), para não projetar sobre os outros a própria problemática, para não ver nos outros principalmente aquilo que está nele. Não raro, entre os vários “componentes” dos quais falei, somos induzidos a acentuar o que corresponde a nós, e ao acentuá-los – exercita-se uma ação sugestiva sobre o paciente e, portanto, tendemos a desenvolver aquele lado. Assim acontece uma espécie de engano recíproco; “constrói-se” uma personalidade artificial por sugestão, por projeção. O verdadeiro comportamento científico é, no entanto o que

colocar de lado, por quanto seja humanamente possível, cada “equação pessoal” e ver aquilo que há realmente no outro.

Mas, ainda não basta. Junto a constituição primária e à situação originária de cada um, existem as reações a esta. De fato, foi muitas vezes notado que certos sintomas, certas doenças, são “reações secundárias”. Eis aqui um exemplo muito simples: a febre. Esta não é algo primário, não constitui uma doença, mas é uma reação de defesa do organismo a um agente patológico. Assim na psique, tantas “febres psíquicas”, tantas “formações psicológicas” são reações a situações internas ou ambientais. (por vezes uma neurose é uma “construção de defesa”). Estas reações são de naturezas diversas. Uma frequente é a ambivalência, isto é a coexistência de tendências contrárias. As ambivalências podem ser conscientes, como aquela expressa, por exemplo, na frase de Fausto: “Duas almas moram no meu peito” ou inconscientes. Exemplos destas são os casos nos quais a personalidade consciente tem fé, ou acredita tê-la, enquanto no inconsciente existe dúvida e negação.

Outras reações importantes são as compensações e as hipercompensações; não há só a “adleriana”, isto é a hipercompensação de autoafirmação no sentido de inferioridade, mas muitas outras hipercompensações, isto é, reações exageradas a uma deficiência. Existem ainda as transmutações e sublimações das energias psíquicas que em parte acontecem naturalmente, mas que podem ser favorecidas para objetivo educativo e terapêutico (ver aula nº10 de 1963).

Tenho certeza em dizer isto antes de falar dos conflitos morais e espirituais uma vez que neste campo – ainda mais que em outros – são necessárias compreensão e imparcialidade por parte de quem procura ajudar.

Não me deterei em definir a moral, e menos ainda em discutir as várias doutrinas; darei atenção ao ponto de vista pragmático, ou – para usar o termo moderno – existencial. A consciência moral, isto é a experiência interna dos valores e das escolhas morais é, para usar a expressão de Henri Bergson, um “dado imediato da consciência”, uma experiência vivida que, como a estética, não tem necessidade de demonstração. A moralidade não tem necessidade de ser demonstrada, é uma experiência interna. Também na linguagem comum fala-se de “voz da consciência”, de “dores da consciência”, “remorso”. Em nós existe uma instância, uma percepção interna, uma intuição – podemos chamá-la como quisermos – que tem o sentido dos valores e que por vezes nos “fala” quase como um ser separado, que aprova ou

desaprova o que pensamos ou fazemos. Repito: há uma qualidade inconfundível, uma realidade intrínseca que se manifesta nas avaliações, nas escolhas e, portanto, nas ações de cada um de nós. Enquanto é “um estímulo”, enquanto determina, ou procura determinar a conduta, pode e deve ser considerada como uma energia – energia que muitas vezes está em conflito com as outras energias, estímulos, impulsos e, portanto, é fonte de conflitos e crises.

A consciência moral pode ter vários graus e ter aspectos subjetivos e manifestações objetivas muito diferentes. Existem aquelas nas quais é deficiente, ocorre não por freio a suas tendências egoístas; elas cometem ações imorais e antissociais sem inibições internas, deliberadamente, friamente.

Estas pessoas não se encontram somente nas baixas esferas sociais, nos primitivos, nos ladrões ou nos trapaceiros habituais, poder-se-ia dizer profissionais; encontram-se, e não raramente, também nas classes sociais assim ditas elevadas. São os aproveitadores privados e públicos, aqueles que desfrutam cinicamente os instintos e paixões humanas: os produtores de obras pornográficas, mais ou menos mascaradas, os quais têm a desfaçatez em defendê-las em nome da “liberdade da arte”; são aqueles que fazem o tráfico de substâncias entorpecentes, e outras do mesmo naipe.

Porém também nestes casos, trata-se sempre de deficiências, embora sérias, mas não por falta completa do senso moral. Também nos piores seres humanos existe o senso da justiça, que é a primeira manifestação elementar do senso moral; aliás, esta exigência de justiça (bem ou mal interpretada) é muito forte nos seres primitivos e nas crianças. Não poucos delinquentes são assim por reação ou vingança contra reais ou supostas injustiças das quais acreditam ser vítimas. A mesma origem tem muitas reações hostis e tipos de conduta antissocial nas crianças e nos jovens. Por isso é necessário evitar com muita atenção não somente em cometer injustiças (isto é feito frequentemente de forma inconsciente por pais, professores ou autoridades constituídas!), mas também aquilo que possa parecer uma injustiça. Nestes casos é necessário explicar oportuna e pacientemente as razões dos nossos atos ou palavras.

Não se pode, portanto, falar de ausência total de senso moral, mas de formas parciais de amoralidade ou de imoralidade, de uma espécie de “daltonismo ético”, para o qual o indivíduo pode ter falta de sensibilidade moral em um campo e tê-la em outros, como o daltônico não distingue o vermelho e o verde, mas pode justamente perceber as outras cores. Assim acontece que um bandido, um “fora da lei” pode matar a ao

mesmo tempo ter um senso de honra com seus companheiros e mostrar-se às vezes generoso; assim também são as pessoas que não têm nenhuma sensibilidade moral no campo sexual, mas que podem conduzir-se de um modo correto em outros campos.

É oportuno, além disso, distinguir bem entre os vários motivos de uma conduta aparentemente ou até realmente igual. Um mesmo ato, assim dito imoral, pode ser devido tanto à falta de senso moral, quanto impulsos que prevalecem apesar da consciência moral. Um psiquiatra inglês, Hadfield colocou bem em evidência isto, por exemplo, no caso da embriaguez. É preciso distinguir os bebedores habituais que o fazem voluntariamente, sem nenhuma luta interna, e acreditam que em regime de liberdade seja seu direito embriagar-se, e ao contrário aqueles que tomam substâncias alcoólicas por fuga, por desespero, por imitação, ou por impulso violento, mas que sabem que faz mal e se propõem toda vez a parar. Estes são curáveis, os primeiros não.

A este propósito recordarei os admiráveis resultados de uma singular Associação Americana “Alcoólicos Anônimos”; é uma espécie de sociedade de mútuo socorro entre alcoolistas que o são apesar de si mesma. Um ex-alcoolista pode ajudar muito mais eficazmente que um médico ou um alcoolista atual; de fato têm tido ótimos resultados e seu número chegou a cerca de 200.000.

O que diz Hadfield se aplica também para o furto; também aqui é preciso distinguir os ladrões “profissionais” dos casos de cleptomania, isto é, do impulso irresistível ao roubo, que devem ser considerados como doença. O mesmo é verdadeiro em outros campos.

Mas examinemos mais de perto os próprios e verdadeiros conflitos morais. Eles são produzidos no sentido da culpa. Isto foi objeto de amplos estudos e também de vivas discussões nas últimas décadas. Por parte de muitos psicanalistas, existe a tendência por considerar a culpa, e em geral os imperativos morais, somente como produtos sociais, produtos da ação dos pais, em primeiro lugar, e depois das normas sociais, da influência do ambiente, criando o que Freud chama de “superego” uma construção artificial que não tem nada a fazer com o Eu ou Eu espiritual.

Outros também admitindo a existência desta origem de alguns aspectos da culpa, têm reafirmado que há uma moral devido à consciência da realidade dos valores éticos e

espirituais. Isto foi colocado bem em evidência por Paul Tournier, que em seu livro Vraie ou fausse culpabilité (Delachaux et Niestlé, Neuchatel, 1958) fez uma acurada análise da culpa, mostrando sua grande complexidade. Ele expõe os vários aspectos que a culpa pode assumir e as reações que o senso de culpa produz.

Também neste campo é evidente a grande diferença entre os vários tipos psicológicos. Em alguns o senso de culpa produz uma depressão, um sentido de inferioridade, de desvalorização de si; quando é tão intenso de transpor os limites da assim dita normalidade, produz no sujeito estados depressivos melancólicos nos quais há uma exagerada autoacusação, o senso de ser inferior em relação a todos os outros, um grande pecador. Ao contrário em outros tipos se tem a reação oposta: a negação em reconhecer as próprias deficiências, as próprias culpas morais, e portanto uma autojustificativa em relação a si mesmo e até aos outros. Em relação aos outros ela assume a forma de revide, isto é atribuir ao outro a culpa das suas próprias deficiências. Atualmente se tende muitas vezes a culpar o ambiente, a sociedade; esta tem por certo suas culpas, mas não todas que lhe são atribuídas por aqueles que nisto procuram uma fuga e uma justificativa pelas próprias deficiências.

Nos primeiros o excessivo senso de culpa leva ao desejo de punição, que produz um impulso inconsciente à autopunição. Foi dito que vários incidentes que acontecem na vida, no trabalho e etc., são produtos desta vontade de autopunição. Ao contrário, aqueles que acusam os outros e o ambiente, o senso de culpa suscita rebelião e um comportamento antissocial. Em outros casos ainda ele suscita um senso de medo. Tudo isto é uma prova que a mesma causa, em terrenos diferentes, pode ter efeitos diversos e até opostos.

Quais são as soluções dos conflitos morais? Para todos aqueles que se poderiam chamar “orgulhosos”, de não quererem aceitar as próprias deficiências, as próprias imperfeições, a solução é um sincero “reconhecimento”, isto é a eliminação da repressão do senso de culpa no inconsciente, a admissão da não validade das suas autojustificativas. Por parte de todos, mas principalmente dos depressivos, dos que têm um senso excessivo de inferioridade, de autovalorização, a solução está na aceitação das imperfeições, no reconhecimento que ela faz parte da condição humana à qual ninguém foge, e que, portanto, é uma ilusão ou uma pretensão considerar-se isento da culpa, ou condenar-se pelas próprias imperfeições.

Naturalmente esta aceitação não deve ser passiva, não deve constituir uma desculpa para permanecer como se está; a aceitação deve seguir o propósito de uma superação progressiva, mediante a utilização de métodos apropriados. Isto é baseado na concepção dinâmica da psique humana, na qual não há nada de fixo, de estático, portanto não há nada de fatal na condição humana, mas há um contínuo progredir, uma perene evolução. É o princípio da evolução, reconhecido na biologia, aplicado à psicologia.

Recentemente foi escrito muito sobre a “psicologia da idade evolutiva”; porém geralmente esta psicologia trata do período do recém-nascido ao jovem e não se ocupa de modo adequado da evolução que pode e deve acontecer do jovem ao último dia de vida. O adulto tende a considerar-se como “já feito” (ainda que mal feito!), como alguém que “chegou”. Mas não é assim; a contragosto mudamos, seja por bem ou por mal. As contínuas tomadas de consciência, as novas experiências, as situações que despertam energias latentes, tudo isto produz contínuas mudanças. Ao contrário de negar ou sofrer passivamente estas mudanças, podemos fazer-nos ‘partes diligentes’ (para usar uma frase jurídica), isto é intervir ativamente, como sujeitos conscientes e responsáveis, no fluir, no vir a ser da nossa vida e, através desta, na vida dos outros. Pode ser feito, mas é necessária uma decisão interna, é necessário querer fazê-la, e depois usar os métodos apropriados que existem para resolver as várias situações, as várias crises, os vários conflitos.

Disto se ocupa de modo particular a psicossíntese, que não é tanto uma concepção, uma doutrina, mas uma práxis, uma atividade em todos os campos: médico, educacional e de autoformação.

O método central, e em certo sentido preliminar, para realizar a psicossíntese é o desenvolvimento e o uso apropriado da vontade. Deve-se reconhecer a posição central e a função importante que a vontade tem, esta Cinderela da psicologia moderna. De fato, também as ações mais simples e os exercícios psicológicos elementares requerem o uso da vontade. Os exercícios, por sua vez, servem além dos seus objetivos específicos, para treinar e reforçar a própria vontade. Este fato coloca em evidência o seu valor e é, portanto, um estímulo para fazê-los. Eles, na sua simplicidade, contribuem para o desenvolvimento das faculdades necessárias para as mais altas conquistas morais e espirituais.